



GT – “19”: “Rede urbana e urbanização regional: agentes, processos, interações escalares e complexificação das formas”

FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DA REDE URBANA DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE VARGINHA- MG

Principais aspectos espaço-temporais da produção espacial regional entre os séculos XVIII e XX

Autor : Kauê Santos Lima

Filiação institucional: Universidade Federal de Alfenas

E-mail:kaue.lima@sou.unifal-mg.edu.br

RESUMO: O artigo presente pretende elucidar questões a respeito da formação e evolução da rede urbana da Região Geográfica Intermediária (RGInt) de Varginha, localizada na mesorregião Sul do estado de Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XX. Tais questões, que conformam o objetivo deste trabalho, se tratam especificamente de analisar geograficamente a história da formação da rede urbana da RGInt. Visando o alcance de tais objetivos, estabeleceu-se uma metodologia de coleta bibliográfica dentro da ótica do materialismo histórico dialético e coleta de dados estatísticos secundários. Por fim, identificou-se a importância dos processos coloniais de ocupação do espaço regional, tal como as premissas político-econômicas nacionais que fundamentaram a execução de atividades das mais diversas naturezas, que configuraram a formação e desenvolvimento da rede urbana da RGInt de Varginha até o fim do século XX.

Palavras-chave: Rede Urbana; Formação Geográfica Histórica; Região Geográfica Intermediária de Varginha.

1. INTRODUÇÃO

A ocupação do território brasileiro foi um processo histórico complexo, envolto por teores desconhecidos, vez que parte dos registros históricos existentes que fundamentam os estudos a respeito desta temática são do período colonial, partindo da invasão portuguesa. Temos assim, então, considerável déficit de conhecimento sobre os modos de ocupação e uso

do território nacional e suas evoluções. Adentrando de modo mais profundo na questão, os períodos históricos são determinantes para análise e compreensão da evolução dos fenômenos socioespaciais nacionais. Cada um destes respectivos períodos caracterizam um cenário socioespacial distinto; cuja existência deve ser analisada nas devidas escalas em que seus fenômenos e aspectos se apresentaram e atuaram, tendo em vista que, tais interações foram as produtoras da dinâmica concreta de cada uma destas fases.

Conforme a exploração se interiorizou no território nacional, as respectivas atividades das comunidades estrangeiras seguiram tal movimento. Chegando assim ao que atualmente é o estado de Minas Gerais, consequentemente ocupando-o de diferentes formas ao longo dos diferentes ciclos coloniais, pré-determinando o modo de organização espacial do uso e ocupação do território por parte de tais comunidades e, respectivamente, suas atividades no período pós-colonial em suas distintas fases, até à atualidade; nas diferentes regiões do estado de Minas Gerais. Com os movimentos e fluxos populacionais, acabaram por existir interconexões mais frequentes, sólidas e robustas. Formando uma rede do que era para a época, um espaço portador de premissas e características urbanas, importadas do modo de organização e estilo de vida português e europeu no geral e que, ao passar dos diferentes ciclos espaço-temporais, fez surgirem cidades com diferentes configurações e portes, que foram emergindo e ascendendo de modo escalar quanto a sua infraestrutura.

Ante este quadro, objetiva-se nesta pesquisa, analisar geograficamente a história da formação da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Varginha, desde o final do século XVIII até o final do século XX. Perpassando pelos principais processos socioespaciais e político-econômicos que, no espectro temporal destes dois séculos estabelecidos como recorte temporal, caracterizaram os processos de produção espacial da região, conformando-a tal como se caracterizou em relação aos seus aspectos socioespaciais referentes centralmente à rede urbana até o fim do século XX.

Ressalta-se, ainda, a falta de um arcabouço bibliográfico robusto de estudos de natureza geográfica a respeito da formação da rede urbana da RGInt de Varginha, que ocasiona um déficit de informações da formação geográfica da região e que acaba dificultando a produção científica relacionada ao tema, vez que os estudos atuais - em maioria - pertencem à ótica da historiografia, dimensionando parte deste quadro de deficiência em relação às análises socioespaciais da rede urbana regional, e os referidos fenômenos fundamentalmente

geográficos que ocorreram ao longo do período da formação geográfica desta rede urbana; que aqui pretendemos, em certo grau, desvendar e elucidar de modo geográfico.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa possui natureza exploratória, descritiva e explicativa, na medida em que se busca a aproximação do vislumbro da história da formação geográfica da rede urbana da RGInt entre os séculos XVIII e XX. Entende-se por Região Geográfica Intermediária a escala intermediária entre as Unidades Federativas e as Regiões Geográficas Imediatas, sendo estas últimas, se tratando de grupos de municípios que possuem sua articulação embasada na rede urbana com um centro urbano como referência (IBGE, 2018).

A pesquisa iniciou-se por uma coleta bibliográfica em obras de caráter materialistas histórico dialéticas a respeito das categorias, conceitos e definições dos elementos socioespaciais. A etapa inicial foi a pesquisa bibliográfica dos conteúdos teórico-metodológicos das redes e da questão urbana em relação às suas dimensões.

Análise realizada a partir da óptica da expansão dos sistemas referentes aos fluxos de pessoas; mercadorias; informações; investimentos; e disseminação das formas de produção, responsáveis pelos produtos materiais e imateriais, que se associam com a polarização de determinadas regiões, partindo das transformações ocorrentes, não necessariamente generalizadas, mas que conformam a totalidade do espaço geográfico (Santos, 1993). Verificando assim, a redefinição nas relações urbanas entre as cidades por meio dos novos usos do território e localizações, promovidos pela unificação das técnicas com a ciência e informação (Tavares, 2014). Parte desta verificação, foi executada a partir da análise de diferenciação entre os estudos REGICs (Regiões de Influência das Cidades), elaborados pelo IBGE, partindo da edição de 1972 até a de 2007.

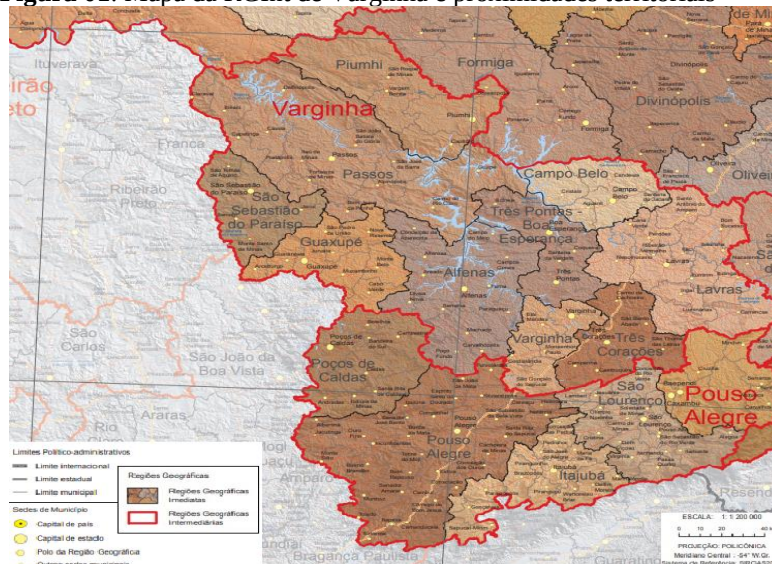
Em seguida, focou-se na historicidade da urbanização da GRInt, simultaneamente com a cronologia do desenrolar dos fenômenos urbanos na escala nacional; regional e local-global, em lógica temporal regressiva-progressiva, com a finalidade de adquirir o conhecimento teórico necessário para aquisição da noção das reais dimensões da discussão que envolve o tema e o problema de pesquisa. A coleta bibliográfica foi executada através de livros impressos e digitais, documentos e artigos científicos digitais e impressos. Posteriormente, realizou-se a

pesquisa e manipulação de dados secundários, representantes das mudanças socioespaciais regionais. Os dados são provenientes dos bancos de dados do IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística); Fundação João Pinheiro (FJP) e IERI (Instituto de Economia e Relações Internacionais).

Como último procedimento, realizou-se uma síntese a partir da articulação das informações coletadas através dos levantamentos bibliográficos e dos dados secundários, tecendo a discussão e considerações finais, atingindo os objetivos estabelecidos para a pesquisa.

3. ÁREA DE ESTUDO

Figura 01: Mapa da RGInt de Varginha e proximidades territoriais



Fonte: IBGE (2017). Org. O autor (2023).

A RGInt de Varginha abarca atualmente 82 municípios, possuindo uma extensão territorial de 36,871,72 km² (FJP, 2020), em que habita uma população estimada de 1.657.518 pessoas (IERI, 2018), nela estão localizadas 10 Regiões Geográficas Imediatas (RGIs): Alfenas; Passos; Varginha; Lavras; Guaxupé; Três Corações; Três Pontas- Boa Esperança; Campo Belo; Piumhi e São Sebastião do Paraíso (IBGE, 2017).

4. REDE URBANA: PRODUTO DAS DIFERENTES REDES GEOGRÁFICAS

A rede urbana pode ser conceituada de diversos modos, a mais adequada é indubitavelmente a que abrange o maior número de elementos relacionados ao meio urbano, que associados de acordo com as conveniências, normas e interesses individuais e coletivos da

sociedade, acabam por se conectar e estabelecer uma rede de interações em diferentes âmbitos e escalas, mas que conferem e preservem à esta rede, a característica de continuidade, ou conexão (Sposito, 2006). As redes podem ser definidas e conceituadas, a partir de duas grandes matrizes: a primeira, considerando seu aspecto, sua forma articular material; e a segunda, que equaciona as variáveis de natureza social (Santos, 1994).

Considerando que a dimensão da rede urbana está ligada à amplitude dos elementos existentes no espaço urbano, logo, a ele mesmo; essa rede passou por diversas mudanças espaço-temporais determinadas pelas alterações da estrutura urbana como totalidade. Alterações essas produto da sociedade capitalista e de sua lógica, que, com o passar do tempo, com a evolução do meio técnico e suas implementações no meio produtivo, produziu novos elementos no espaço urbano e rural, constituindo novas variáveis na equação socioespacial de cada um dos tempos da cidade (Sposito, 2006; Tavares, 2014).

Dentro deste cenário, a rede urbana pode ser designada também como a sobreposição de redes de diferentes naturezas, porém, articuladas e imbricadas num espectro de interdependência, resultando em uma estrutura de conexão de diferentes forças e, portanto, influências e hierarquias entre seus componentes que, em última instância, se unificam; tomando forma de unidade, a unidade da rede urbana (Santos, 2012). A rede urbana é a síntese de uma série de elementos que (inter)conectados formam uma rede, de modo concreto, materiais e imateriais, fundamentada sobretudo, na divisão territorial do trabalho dentro do modo organizacional do capitalismo (Sposito, 2006).

Aqui se apresentam então as interações espaciais, pois elas são forças motrizes da dinamização, e subproduto das interações espaciais antecedentes às que se dão no momento presente e que são elementos responsáveis pela produção do espaço geográfico (Ribeiro, 2020). Como também é evidente nos estudos de Corrêa (1994; 1997; 2006) e Catelan (2013), que observam o fato de termos no seio do processo de urbanização a rede urbana como fato socioespacial concreto, que passou a ser definitivamente o meio em que se efetiva toda a relação social de produção, circulação e consumo, pois é nela que reside centralmente a rede de comunicações e informações pelas quais são realizadas tais etapas de processos sociais.

Há dois modos de análise da rede urbana, o enfoque genético, e o enfoque instantâneo, trata-se de dois pontos de partida temporalmente diferentes. O estudo a partir do enfoque genético é diacrônico, tendo-se os equipamentos arcaicos instalados nos diferentes ciclos históricos, assim, deixando de existir tempos depois, dando lugar a outros, contemporâneos.

Essa sucessão de alterações não é aleatória, menos ainda resultado de uma inércia, e sim; de um movimento guiado por premissas previamente estabelecidas e implementadas, oriundas geralmente de uma movimentação social cujo processo exige a realização de uma transformação técnica e morfológica, então, alterando-se o espaço como totalidade (Santos, 2009).

Quanto às análises que partem do tempo presente, o autor (2009) indaga que se trata de uma pressuposição, uma representação do atual estado do local a nível do que o constitui tal como se dá instantaneamente, investigando-o em termos de estatísticas socioespaciais, infraestrutura e qualidades técnicas, alcançando a relação dessa rede de condições espaciais com a vida humana, em todos os aspectos interdependentes. É um diagnóstico do cotidiano para apreensão momentânea/atualizada das dinâmicas socioespaciais ali existentes.

5. RELAÇÃO ESPAÇO URBANO, REDE URBANA E REGIÃO

A cidade ocupa lugar central no tocante às redes urbanas; das conexões e da interdependência das relações estabelecidas, que nos levam ao fator escala, na qual todo esse fenômeno geográfico se dá minimamente como totalidade, de modo concreto e não fragmentado, a escala regional. Nessa perspectiva, Sposito (2010) observa que, para os estudos das redes urbanas das cidades médias é tradicionalmente usada como metodologia a análise na escala regional das cidades pequenas e médias estruturantes desta rede urbana, que ultrapassa os limites político-administrativos dos municípios, mas que não chegam necessariamente a atingir fluxos e fixos internacionais e globais como as metrópoles - compreendendo fixos e fluxos a partir de Santos (2009), em que os fixos são os elementos fixados no espaço geográfico, e os fluxos, os movimentos de ações que se instalam e transcorrem nos fixos existentes.

Pierre George (1983) nos apresenta a relação cidade-região-rede, elucidando o fato de que a cidade é componente de um sistema produzido através do passar do tempo histórico numa perspectiva relacional, e para apreender o conteúdo analítico que se busca alcançar é imprescindível que se coloque o elemento cidade sob a luz de dois pontos que dizem respeito ao panorama no qual ela existe. Primeiramente, o de sua existência no contexto regional, associado com outras localidades, seus papéis, funções e importâncias; o segundo ponto é o intraurbano, referente ao espaço da cidade isoladamente, observando sua dinâmica interna.

Fazendo com que o produto rede urbana se apresente como unidade totalizada e central desta relação “interno-externo” da cidade na escala regional (Rocheffort,1957).

Um dos métodos para se aproximar da compreensão da complexidade das redes urbanas é o da exploração das categorias de análise envolvidas na realidade socioespacial, como as propostas por Santos (1994, 2009), a estrutura, o processo, a função e a forma. Para Corrêa (2006), a rede urbana é a forma espacial pela qual as funções urbanas se concretizam. Tais funções seriam, os processos sociais de produção, apropriação e circulação do capital excedente, possuindo então, características particulares da estrutura capitalista. Corrêa (2006) faz uma relação das observações dos fatores intraurbanos de uma cidade que exercem pesos determinantes na dinâmica regional expostos por Pierre George (1983), sendo estes: a atração urbana da população regional para a cidade em questão; a comercialização dos produtos rurais na cidade; o escoamento da renda fundiária para este meio urbano; a distribuição dos investimentos e trabalho na cidade; e por fim, a distribuição dos bens e dos serviços ofertados nesta cidade.

Dentro da perspectiva analítica adotada para esta pesquisa, consideremos a região tal como define Corrêa (2003), quando trata do conceito sob os olhos da geografia crítica, em que, para o autor, a região se apresenta como produto dos movimentos do desenvolvimento desigual e combinado, marcada sobretudo, pelo seu modo de inserção no quadro socioespacial da divisão nacional e internacional do trabalho, tal como pela existência de diversas relações de produção. Assim, região é uma unidade espacial delimitada; palpável; que abrange uma extensão paisagística caracterizada pelos elementos naturais e humanos, que, a partir de interações harmoniosas ou conflituosas originadas pelos movimentos destes elementos, produz uma nova porção do espaço que se transmuta incessantemente.

Haesbaert (2010), quando se refere ao território e seus aspectos como categoria geográfica, nos traz esse movimento produtor da região de modo incessante como sendo o fenômeno de regionalização, que se trata justamente desta contínua rearticulação e reconfiguração de determinada unidade espacial.

6. FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REDE URBANA DA RGInt DE VARGINHA E ASPECTOS DA DINÂMICA SOCIOESPACIAIS DO SÉCULO XVIII AO XIX

A ocupação do Sul de Minas Gerais tomada como apropriação sólida de tal território pode ser considerada fato geográfico a partir do surgimento da Vila da Campanha, no ano de 1798 (Minas Gerais, 2014). Antes disto, a região foi ocupada brevemente de modo não organizado dentro dos padrões tomados como constituintes do teor “civilizado”, pelos bandeirantes; por volta dos períodos compreendidos entre 1676 e 1736 (Darcy Ribeiro, 1995 apud Ribeiro, 2008). A Vila detinha centralidade político-administrativa e econômica na região, onde foi instituído um processo de ordenamento territorial, motivado pela preocupação da elite local, em relação à urbanização e à civilidade da população e do espaço geográfico (Minas Gerais, 2014).

A ideologia liberal predominante naquele período - e importada para o território nacional, tal como nele implementada e concretizada através das práticas econômicas e político-administrativas dos agentes sociais influentes e influenciados - ascendeu a Vila de Campanha como um expoente de uma nova e intensa dinâmica econômica e, por consequência, também socioespaciais, dimensionando inicialmente características regionais que perduram até hoje no Sul de Minas Gerais (Minas Gerais, 2014).

O Sul de Minas no século XVIII era centro de diversos caminhos que interconectavam as principais áreas escravistas da região Centro-Sul do Brasil. Se desenvolveu sustentada por uma infinidade de atividades econômicas, muitas adjacentes ao escravagismo, que provocaram um acelerado crescimento populacional e urbano, numa região com potencial aurífero muito menor em relação à região Central do Estado (Minas Gerais, 2014). Parte dessas atividades era o comércio de produções alimentícias em geral, com as regiões auríferas, e para o Rio de Janeiro, que era capital da Colônia neste período da segunda metade do século XVIII. Caio Prado Júnior (2008 apud Saes *et al.*, 2016) identificou um poder regional envolto por esta dinâmica do Sul de Minas, que segundo ele, se baseava em uma economia agrária de produtos simples e baixo valor cambial, mas, que apresentava elementos potenciais de prosperidade das atividades (Minas Gerais, 2014; Saes *et al.*, 2010).

Esta produção agrícola local diversificada, fortaleceu o mercado interno, abastecendo as outras regiões e dando suporte às suas atividades, tornando-se uma das economias mais diversificadas das Minas Gerais. Para além disto, as famílias detentoras de fazendas obtiveram grande enriquecimento com base no comércio animal e do fumo. Com mão de obra escrava, criavam também gado, carneiros e porcos. Tal dinâmica socioespacial continuou a se reproduzir

até a introdução das experiências de plantio de café arábico na região na segunda metade do século XIX (Martins, 2014).

7. EVOLUÇÃO DA REDE URBANA DA REGIÃO DE VARGINHA NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

Por volta de 1870 as experiências de cultivo de café arábico, adequado ao clima sul mineiro, começaram a surgir. O café se disseminou drasticamente nos latifúndios regionais, diminuindo muito a diversidade de produção existente anteriormente. Com isto, reconfigurando o espaço agrário e urbano regional, alterando-se as características do uso do solo e da paisagem pretérita e mais natural, baseada em vegetação primária e secundária; promovendo o desmatamento das áreas de mata primária e secundária, que foram substituídas pela produção de café, que se tornará a atividade econômica central de toda a região Sul de Minas (Martins, 2014, Minas Gerais, 2014).

Neste período de transição do século XIX para o XX, houve inúmeras mudanças oriundas desse quadro sistemático de atividades em exercício, alterando a dinâmica das relações de produção e comércio, imprimindo uma nova reorganização dos elementos socioespaciais regionais, impulsionando novos meios a partir do suporte das atividades já consolidadas, usando-as em prol da reprodução de capital desenvolvimentista da época.

A atividade cafeeira e correlatas foram impulsionadas. Criaram-se linhas férreas para interligação com o Rio de Janeiro e São Paulo, polos comerciais principais da região. Constituindo assim o chamado capitalismo cafeeiro do século XIX, iniciando outras formas de interação entre novos capitais, sobretudo o financeiro; dos bancos que acabaram por surgir investindo nos empreendimentos das ferrovias e atividades relacionadas a elas, resultando no surgimento de empresas que capitalizaram essas ações, tal como o território em si, agregando valor a ele a partir da instalação de equipamentos. O estado fomentou fiscalmente a aliciação dos agentes sociais locais que eram influentes para investir nas estradas de ferro, oferecendo ligações diretas para suas propriedades (Saes *et al.*, 2010; Martins, 2014).

Junto a isto, ocorreu a abolição do tráfico internacional de escravizados e iniciou-se a passagem das relações senhorial-escravistas para as relações de mão de obra assalariada, no sistema de colonato no cultivo do café. Com essa transição do tipo de mão de obra, houve alterações na dinâmica demográfica, gerando um crescimento populacional urbano, já que na

região, que atingiu o terceiro lugar em número de escravizados no estado, houve êxodo rural dos escravizados libertos. A mudança no quadro produtivo; da mão de obra; da demografia; da paisagem e outros aspectos socioespaciais e políticos, remodelou as relações comerciais e, portanto, a dinâmica financeira e econômica do Sul de Minas, fortalecendo a criação de bancos com linhas de crédito para fazendeiros, e comerciantes (Minas Gerais, 2014; Martins, 2014).

Esses acontecimentos revolucionaram aspectos geográficos da região em sua totalidade, formando novas dimensionalidades pertencentes ao novo espaço geográfico daquele momento. Houve a geração de inúmeras implicações nos mais diversos âmbitos que englobam as atividades do espaço regional pré; durante e pós a transição do século e das mudanças político-administrativas governamentais e privadas, pertencentes às elites locais, associadas com a ideologia liberal europeia, que provocava - através da comparação com os países centrais - a sensação de atraso. Abrindo precedentes para implementação de políticas capitalistas, resultando na abertura para estes investimentos em prol do desenvolvimentismo com os novos modelos de produção e divisão espacial do trabalho (Martins, 2014).

Este desenvolvimentismo iniciado no começo do século XIX trouxe inúmeras problemáticas regionais à longo prazo, o desmatamento desenfreado fez com que certas áreas sofressem escassez de nutrientes; áreas saturadas pelo cultivo cafeeiro. Alterou-se o quadro geomorfológico, por consequência, os fenômenos como as erosões; morte de espécies vegetais nativas e alterações ecossistêmicas na fauna e flora (Martins, 2014).

No início do século XX a produção de café no Sul de Minas coincidiu com a disseminação deste cultivo no estado de São Paulo, nas regiões do Vale do Paraíba, tempos depois chegando ao extremo Sul de Minas. A rota Sul de Minas - São Paulo era central, pois era passagem obrigatória de escoamento da produção cafeeira para o porto de Santos (Minas Gerais, 2014). Os aparatos tecnológicos, de maquinários mecânicos começaram a ser importados para as fazendas de café, fazendo todos os aparatos de produção arcaicos, baseados em madeira e força braçal, serem substituídos por máquinas a vapor e material metálico; evidenciando a progressão das relações comerciais internacionais da região, impulsionadas pelo cultivo do café e toda infraestrutura relacionada à ela (Martins, 2014), demonstrando alteração no quadro da estrutura econômica regional, nacional e internacional envolta pela nova dinâmica produzida por alterações das relações de produção, comércio, e disponibilização de crédito, condições e produtos do capitalismo moderno.

Os aspectos apresentados, em consonância aos acontecimentos e respectivas consequências, marcam um período de transição, tanto das características físicas como culturais; econômicas; políticas e sociais, que resultaram em separações e emancipações de comarcas. A necessidade de o capital daquele período moderno ser reproduzido causou a transição da base de uma mão de obra escrava para livre, para que se possibilitasse mais dinamismo econômico no contexto interno e externo, alcançando a escala internacional e se adequando a esta nova sistematização em escala internacional. Essa fase de amplas e intensas mudanças pode ser considerada a etapa estrutural inicial da globalização, pelo fato de inúmeras alterações das mais diversas naturezas em âmbitos generalizados da organização socioespacial como totalidade, ocorrerem rápida e simultaneamente (Saes; Gambi; Curi, 2016).

Com a inserção dos novos aparatos tecnológicos de produção e alto preço do café no mercado externo, por volta de 1890 as exportações do café sul mineiro representavam 18,8% das exportações totais do estado. Em 1908, estas exportações atingiram a proporção de um terço do total estadual, proporção que se seguiu até 1926, e na década de 70, a região foi responsável por 50% da produção estadual e uma das mais volumosas do país (Martins, 2014). A região Sul Mineira alcançou, no Censo de 1920, a primeira posição em população do estado, atingindo cerca de 20% da população mineira. O contingente populacional regional foi de 260 mil habitantes em 1872, para cerca de 730 mil em 1907. Em 1920, atingiu a marca de mais de 1 milhão de habitantes. O número de cidades passou de 17 em 1874, para 35 em 1907; já em 1920, os municípios na região beiravam 50. Essa dinâmica fez com que a estrutura urbana e suas respectivas funções fossem fortalecidas, se consolidando ainda mais em determinado nível, relativo à época; e com isto, fortaleceram-se também as esferas comerciais e políticas da região (Martins, 2014).

Originou-se então a formação de um conjunto de pequenas redes de cidades no Sul-Sudoeste de Minas, em que Poços de Caldas, Varginha, Alfenas, Itajubá, Pouso Alegre e Passos possuíam destaque, oriundo do crescimento das cidades que se desenvolviam nas proximidades das regiões cafeeiras, constituindo-as já como cidades médias para os parâmetros da época, havendo eletricidade, automóveis e calçamento das vias; serviços de telefonia; e o progressismo francês, cujas práticas alteraram a infraestrutura urbana, redimensionando novamente a dinâmica urbana; sociocultural e político-administrativa do século XX. (Martins, 2014; Minas Gerais, 2014).

Estas cidades médias produzidas por conta da ascensão do café e da rede urbana que se estabeleceu entre elas e as pequenas cidades circunvizinhas possuíam conexão com estes centros/subcentros regionais. A rede limitada em quesitos de infraestrutura viária dificultava as trocas comerciais, oferta e acesso de serviços, que relacionadas à incorporação de um dissimulado planejamento urbano nas três primeiras décadas do século XX, ocasionou às cidades mineiras os efeitos avassaladores da urbanização nacional, fazendo com que elas reproduzissem as problemáticas que atingiram o Sudeste brasileiro de modo geral.

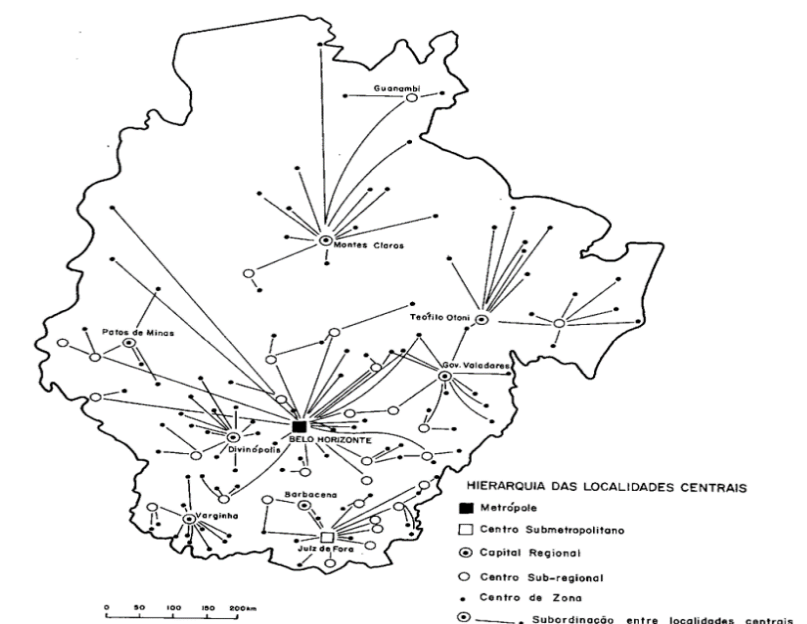
8. DINÂMICAS DO FINAL DO SÉCULO XX: A EVOLUÇÃO DA REDE URBANA REGIONAL A PARTIR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA

O município de Varginha é a cidade sede da RGInt, que ao longo do século XX evoluiu a partir de determinados fatores, os quais fizeram com que o município evoluísse até certo grau de importância dentro da rede urbana regional e nacional a cada passar de período temporal e consequentemente técnico, como divisão do trabalho, maior centralização de determinadas funções e maior grau de especialização de diferentes âmbitos de serviços. Pois, no transcorrer do tempo histórico e seus movimentos, foram produzidas alterações do conteúdo da dinâmica socioespacial, a tal modo que a RGInt obtivesse maior classificação de grau de influência e importância na escala estadual e nacional, a partir da execução de suas funções a nível regional; nacional e internacional, imprimindo-lhe esta evolução e influência dentro da rede urbana da qual se trata, e na qual está inserida.

O estudo REGIC (Regiões de Influência das Cidades) desde sua primeira edição (1972), classifica o município de Varginha como um Centro de 2º Nível 2b, que polarizava municípios como Alfenas e Três Corações, classificados como de 3º Nível 3b, Machado; Centro de 4º Nível 4a e, Lambari; Três Pontas; Boa Esperança e São Gonçalo do Sapucaí, Centros de 4º Nível 4b. Diretamente ligados aos municípios de Campestre; Carvalhópolis; Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania; Fama; Conceição da Aparecida; Carmo do Rio Claro, Areado; Alterosa; Campos Gerais; Coqueiral; Santana da Vargem; Turvolândia; Heliódora; Cordislândia; Licínia; Guapé; Coqueiral e Campo do Meio. Mas também, os municípios de Elói Mendes, Monsenhor Paulo e Campanha, inclusos na rede urbana de Uberaba, Centro de 2º Nível 2b, tal como Varginha.

Esta era a configuração inevitavelmente hierárquica da rede urbana do município de Varginha, que neste período, pertencia à rede urbana da metrópole de São Paulo, pela maior interconexão de relações em comparação às metrópoles de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. O que se alterou em relação ao REGIC de 1987, que reconheceu a mudança de interconexão hierárquica mais forte com Belo Horizonte, do que com São Paulo, rede urbana metropolitana que polarizava a cidade de Varginha e sua respectiva rede urbana.

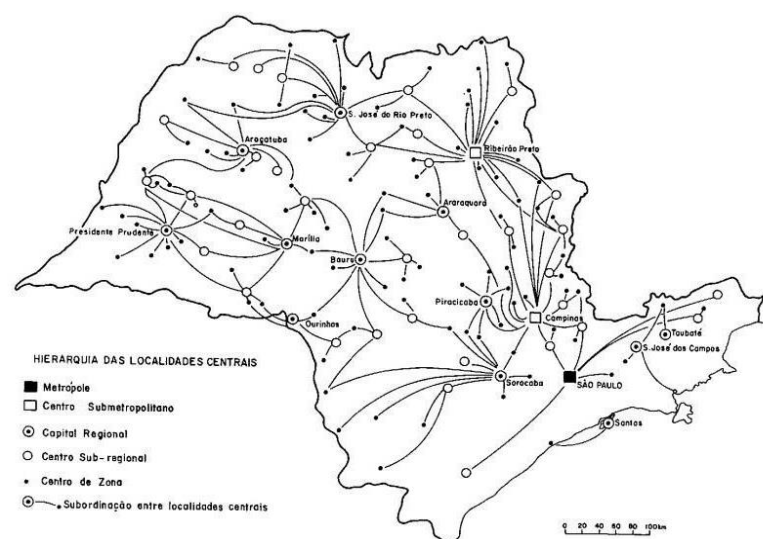
Figura 02: Rede urbana de Varginha inclusa na rede urbana de Belo Horizonte, como registrado no REGIC de 1987.



Fonte: REGIC (IBGE), 1987.

Esta mudança é fruto de alterações da dinâmica socioespacial, concretizada através das redes geográficas que constituem a rede urbana como elemento unitário. Na imagem acima é possível perceber que a interconexão da rede urbana da região polarizada pelo município de Varginha não é diretamente conectada com a metrópole de Belo Horizonte, nem com a de São Paulo, porém, havendo fluxos com a região Leste deste estado, levando em conta a existência da rodovia Fernão Dias, inaugurada em 1959.

Figura 03: Rede urbana de São Paulo e densidade de fluxos no Leste do estado.



Fonte: REGIC (IBGE), 1987.

No REGIC de 1987, Varginha passa a ser classificada como uma Capital Regional, que mantém o seu nível de centralidade em nível de classificação, mas em termos de dinâmica socioespacial, seu poder de influência atinge uma escala de abrangência maior nas cidades de nível inferior. Polarizando e influenciando uma maior quantidade de Centros Sub-regionais e Centros de Zona, (respectivos Centros de 3º e 4º nível do REGIC 1972), e, por consequência, os municípios diretamente ligados a estas regiões menos influentes.

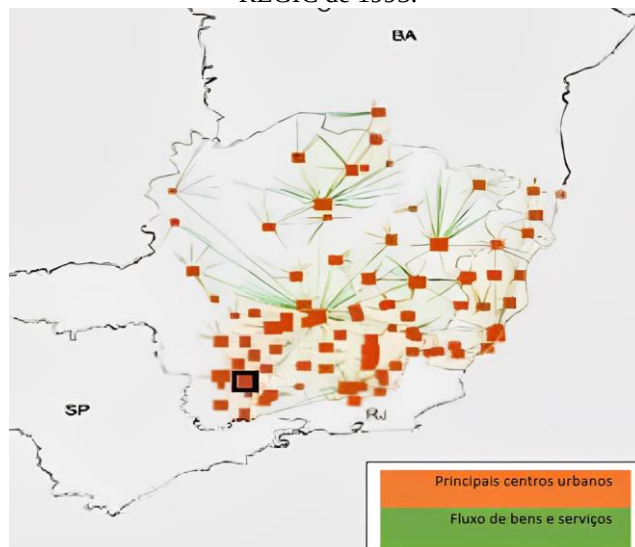
Varginha como Capital regional de Belo Horizonte, passa a exercer influência sobre os Centros Sub-regionais de: Formiga; Alfenas; Araxá e Monte Carmelo, polarizadores dos Centros de Zona de: Piuí; Bambuí; Três Pontas; Boa Esperança; Três Corações; Cruzília; Baependi; Caxambu; São Lourenço; Lambari; Campanha; São Gonçalo do Sapucaí; Poço Fundo; Machado (que cai de posição em relação ao REGIC de 1972); Ibiá; Paracatu e Unaí. Que são centros urbanos de referência para mais 85 municípios. Logo, a rede urbana da Capital Regional de Varginha exercia influência sobre 106 municípios. Havendo um crescimento da sua rede urbana e aumento de sua influência no estado de Minas Gerais, maior do que no de São Paulo, justificando a alteração de pertencimento da rede urbana.

A classificação de Capital Regional no REGIC 1987 é baseada nos critérios de ramos de atividades, qualitativa e quantitativamente; baseados em três eixos: mercado varejista; atacadista e serviços, formando 23 categorias. Esse quadro de critérios e seus resultados evidenciam a evolução do meio técnico, sua implementação, e funcionalização: Varginha

polarizadora de um maior número de municípios do que anteriormente, ou seja, de maior grau de centralidade e importância regional, resultando novamente no crescimento de sua rede.

O REGIC de 1993 apresenta uma mudança metodológica, focando na representação das interações espaciais e níveis de centralidade das cidades brasileiras.

Figura 04: Varginha destacada em relação a rede urbana de Belo Horizonte e fluxos existentes registrados no REGIC de 1993.



Fonte: REGIC (IBGE), 1993. Org. O autor, 2023.

A figura acima apresenta em destaque a cidade de Varginha na rede urbana da metrópole de Belo Horizonte, expressando seu nível de centralidade representado pelo tamanho do polígono que a designa, como também, os fluxos e respectivas intensidades de trocas de bens e deslocamentos para prestação e busca de acesso à serviços ofertados.

É possível identificar pelo tamanho do polígono um nível de centralidade maior do que os outros núcleos urbanos que a envolvem e, em parte, fazem parte de sua rede urbana, tal como Poços de Caldas, à esquerda, e outros Centros Sub-Regionais e Centros de Zona ao Norte e principalmente ao Sul de sua localização, que são os mesmos descritos nas partes anteriores deste capítulo, referente às análises dos REGICs de 1972 e 1987, sendo possível observar os fluxos localizados próximos aos limites com o Leste e Norte Paulista.

É identificável que, diferentemente dos períodos anteriores, Varginha possui quantidade de fluxos diretos com a metrópole de Belo Horizonte, seu nível de centralidade de polarização é acentuado pela intensificação dos meios técnicos envolvidos nos ramos de suas atividades, conferindo-lhe um grau de centralidade classificado como muito forte.

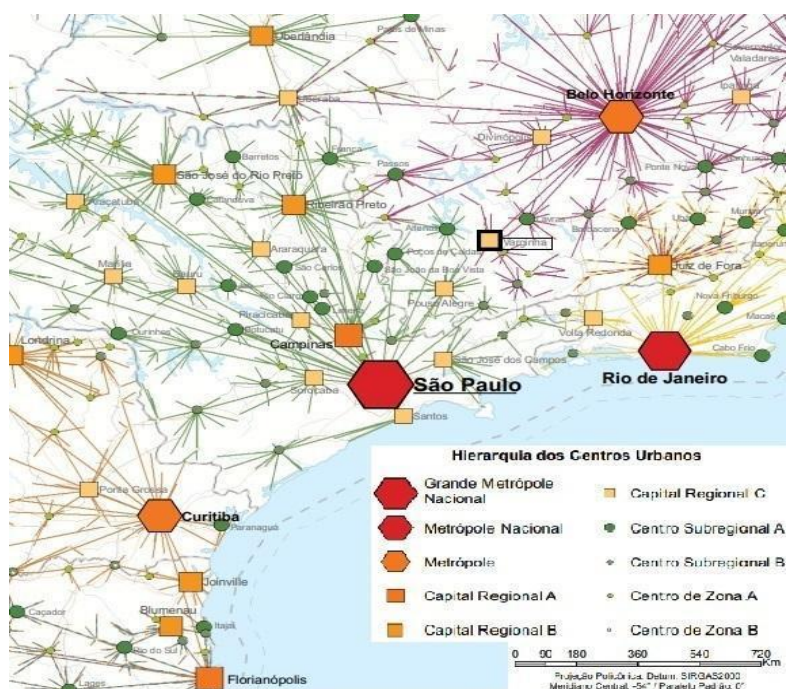
Amorim Filho; Rigotti e Campos (2007) nos trazem uma periodização hierárquica das cidades médias de Minas Gerais com base em uma metodologia e criterização de análise para a classificação de tais cidades médias dentro do contexto de transição do final do século XX. Os autores chegaram à conclusão de que Varginha se tratava de uma Cidade Média de Nível Superior, pois a dinâmica socioespacial nos séculos XIX até final do XX caracterizava a cidade como tal. Vez que, em volta do café, desenvolveram-se a indústria, os dinâmicos setores de comércio e serviços pela ligação com o Leste e Norte Paulista, e Rio de Janeiro, por meio da RGInt de Pouso Alegre; fortalecendo sua posição e transconexões regionais, estendendo sua rede de serviços e bens além dos limites político-administrativos.

O REGIC de 2007 é fruto da análise das mudanças regionais da década de 90, se tratando de um trabalho de avaliação dos efeitos da Globalização (REGIC, 1993). De acordo com esta exposição, Varginha era uma Capital Regional, em que este emaranhado de fluxos de influências oriundos primariamente de Varginha, chegavam até os Municípios Subordinados, as escalas mais influenciadas pela centralidade de Varginha e suas atividades, e com menor poder de influência sob os níveis superiores, entre outras cidades pequenas, tomadas como receptáculos. Visto isto, a Hierarquização das Cidades Médias de Minas Gerais de Amorim Filho; Rigotti e Campos (2007), com o REGIC de 1993, postulam Varginha como sendo uma Cidade Média de Nível Superior com grau Muito Forte de influência.

Dentro do contexto da Globalização, guerras fiscais, fomento e entrada de capital externo, comoditização do café, maior volume e extensão das redes informacionais, de comércio, de produtos, além da localização em relação às infraestruturas, como o porto seco que escoava para Santos-SP a produção de café, o espaço regional de Varginha passou por alterações quanto a estrutura; forma; função e conteúdo de sua rede urbana. O que pode ser observado pelos resultados do O REGIC 2007, que nos apresenta Varginha ainda no status de Capital Regional, na categoria C, que para essa atualização do ano de 2007 são as que:

[...] se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. (REGIC, 2007, [n.p]).

Figura 05: Localização de Varginha dentro da rede urbana nacional em 2007.



Fonte: REGIC (IBGE, 2007). Organização: o autor, 2023.

No REGIC de 2007, a rede urbana de Varginha é tida como parte da rede urbana metropolitana de Belo Horizonte, apesar do nível de influência sobre Varginha ser classificado como muito forte tanto para Belo Horizonte como para São Paulo. Varginha se encontra centralizada em relação à localização da Grande Metrópole Nacional São Paulo; Metrópole Nacional Rio de Janeiro e das Metrópole e Capital Regional A de Belo Horizonte e Campinas, respectivamente.

Sendo permeada pelos fluxos de tais localidades de nível superior, que chegam até a cidade de modo direto ou indireto, pela transmediação ocorrente entre os Centros Sub-regionais e Centros de Zona; mas também, pelos Municípios Subordinados, em menor grau, visto as grandes variedades de naturezas de fluxos existentes neste período, permeado pelo dinamismo da Globalização em movimento de constante intensificação. Contexto de final de século no qual a RGInt de Varginha se encontrava envolta por incontáveis transconexões existentes na escala nacional, considerando as relações hierárquicas, e pelas relações e fluxos provenientes não hierárquicas em escala internacional e global com emissão e recepção de fluxos diretos.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rede urbana da RGInt de Varginha é produto da associação de fatores geográficos do território brasileiro que, em certo grau, determinaram os primeiros modos de exploração e ocupação da população portuguesa, tal como as atividades e desenvolvimento provocados como consequência da execução desta, pré ordenadas e estabelecidas pelas premissas de interesse do estado português, predominantemente à extração de matérias primas, trocas comerciais de produtos para exportação e para suporte aos ofícios relacionado à dominação colonial no interior do território nacional no século XVII. A mesorregião do Sul de Minas na transição do século XVIII para o século XIX, pelas condições climáticas regionais, tornou-se o centro do processo produtivo agrícola da região, tornando-se no século XX um polo produtivo de abastecimento cafeeiro, de laticínios e grãos, para o Rio de Janeiro; São Paulo e Belo Horizonte. Estabelecendo-se redes de trocas através dos fixos urbanos e rurais existentes nas condições tecnológicas pertinentes a esses períodos.

Neste quadro de relações inter-regionais, dentro do contexto da mundialização dos aparatos técnicos produzidos pelas revoluções industriais e logísticas, associados com as políticas estatais desenvolvimentistas e atividades dos comerciantes e fazendeiros, houve forte investimento na instalação dos equipamentos ferroviários, para escoamento da produção, formalizando o chamado capitalismo cafeeiro do século XIX. Dando início a outras formas de interação entre os novos capitais - o financeiro que por consequência, originou diversas empresas que capitalizaram as atividades ferroviárias, tal como o próprio espaço urbano-rural, fenômeno que progrediu até o início do século XX.

De acordo com a revisão histórico geográfica realizada, e das análises cronológicas, a partir dos estudos REGICs de 1987; 1993; 2007, evidencia-se que os movimentos globais da economia desde o período colonial, seu poder de modulação do espaço urbano visto seu papel de produção, reprodução e acúmulo de capital, vêm estruturando e reestruturando a rede urbana da RGInt de Varginha através dos diferentes ciclos históricos e suas respectivas alterações de organização social, portanto, socioespacial, através da evolução dos meios tecnológicos, aplicados aos setores da economia no mundo Internacionalizado e Globalizado. As tecnologias aparelharam e aperfeiçoaram os fixos e a estrutura dos fluxos, refletindo na produção do espaço regional e intraurbano, reestruturando essas escalas simultaneamente de forma sistêmica entre si, a partir de diversos padrões de (trans)conexão, formalizando o dinamismo socioespacial da rede urbana regional que engloba essas escalas para cada espaço-tempo da produção espacial regional da RGInt de Varginha.

10. REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; RIGOTTI, José Irineu Rangel; CAMPOS, Jarvis. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista Raega**. Curitiba, n. 13, p. 7-18, 2007.
- CATELAN, Márcio José. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescolares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ª ed., 3ª reimpressão Editora Ática: São Paulo, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço metropolitano e sua dinâmica. **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**. Rio de Janeiro, v.17, p. 24-29, 1994.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Informações Territoriais dos Municípios da Região Geográfica Intermediária de Varginha- Informativo Volume 02 Número 07 de 2020**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: < http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Inf_CIT_07_2020.pdf >. Acesso em: 24 de dez. de 2022.
- GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.
- HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES**, nº 3, Jan/jun 2010.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro, 1972.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro, 2017.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades: revisão atualizada do estudo Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro, 1987.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades, 1993**. Rio de Janeiro, 2000.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades, 2007**. Rio de Janeiro, 2008.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades, 2018**. Rio de Janeiro, 2020.

IERI – INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Universidade Federal de Uberlândia). **Boletim de dados populacionais: estimativas 2021**. Uberlândia, nov.2021. Disponível

em:<http://www.ieri.ufu.br/system/files/conteudo/boletim_populacional_nov_2021_maiores_mun_rgi_uf.pdf>. Acesso em: 24 dez. de 2022.

MARTINS, Marcos Lobato. **Paisagens do passado no sul de Minas: os ambientes rurais regionais e sua transformação pelo avanço da cafeicultura (décadas de 1870-1920)**. Disponível em:< <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/6006/4092>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MINAS GERAIS (Org.). **Caderno regional do sul de Minas**. [s.l.]: [s.n.], 2014.

RIBEIRO; Núbia Braga. **Os povos indígenas e os sertões das minas do ouro no século XVIII**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP - São Paulo, 2008.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. **Rede urbana e interações espaciais na Região Nordeste do Pará**. Belém: EDUEPA, 2020.

ROCHEFORT, Michel. **Méthodes d'étude des réseaux urbains. Intérêt de l'analyse du secteur tertiaire de la population active**. Annales de Géographie. [s.l.], v. 66, n. 354, p. 125-143, 1957.

SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; SILVA, Marcel Pereira da; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX. in: Seminário de Economia Mineira, XIV. 2010, Diamantina, **Anais**. Disponível em:< <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2010/D10A021.pdf>>. Acesso em: 02 fev.2023.

SAES, Alexandre Macchione; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado; CURI, Luiz Felipe Bruzzi. O processo de urbanização no Sul de Minas em transição: uma proposta de interpretação. In: SAES, A. M.; MARTINS, M. L.; GAMBI, T. F. R. (Orgs). **Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX**. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4º ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. 3º ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e Cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: Cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**. Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51- 62, jan./abr., 2010.

TAVARES, Edseisy Silva Barbalho. **O meio técnico-científico-informacional e a redefinição da rede urbana do Rio Grande do Norte**. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, VII, 2014, Vitória.